ATA 214

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, por videoconferência e híbrido na sala web da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS em Florianópolis-SC, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se, com o Secretário de Conselho Alexandre Belino, a convidada Gévelyn Cássia Almeida/ Secretaria Municipal de Assistência Social Mulher e Família de Balneário Camboriú/ Coordenadoria de Políticas Públicas as Pessoas com Deficiência/Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, os Intérpretes de Libras pela ICOM: Dianne Monteiro Silva e Cristiane Mendes Pereira. Com a participação dos conselheiros titulares e suplentes: Marina Silveira (SAS), Francini Mylena dos Santos (SAS), Jane Marcia dos Santos (SAS), Leticia de Azambuja Rau (SAS), Amanda Ramos Luz (SAS), Jean Abílio Silva (SSP), Janaína Philippi Cecconi (SES), Jane Cristina Sombrio Gesser (SEA), Paulo Sérgio Suldóvski (FCEE), Juliana Paula Buratto dos Santos Pereira (FCEE), Deisi Graciele Vessoleck (ASC), Paulo Roberto Ferronato (FCDX), Jairton Fabeni Domingos (ADVIR),Elias do Nascimento Junior (ADEVOSC), Angelita Crespo Nunes (AAD), Sidnei Pavesi (Comdef Brusque). Ausências justificadas: Sabrina Mores (SAS), Daiana Zanelato dos Anjos (SED), Ana Aparecida Tessari (SED), Tiago Jun Sasaki (SIE), Tatiana de Almeida Sada (FESPORTE), Luiz Alberto Campos (ACBG), Suzana Bock Albani (ASC), Marcela de Souza (ASC), Jairo da Silva (ACIC).1-Abertura / apresentação dos presentes e levantamento do quórum regimental. O Presidente Paulo Suldóvski dá as boas-vindas a todas as Conselheiras e Conselheiros, a Convidada Gevelyn de Balneário Camboriú e Intérpretes de Libras e solicita ao Secretário Alexandre a chamada dos Conselheiros e levantamento do quórum, registrando os conselheiros presentes e as ausências justificadas. Após a chamada e verificação de quórum, o Presidente Paulo solicita a leitura e aprovação da pauta. 2-Leitura e aprovação da pauta. O Secretário Alexandre leu a pauta da reunião na qual foi incluído: Encontro Nacional de deficientes visuais; Leitura da resposta da FESPORTE sobre o PARAJASC 2026; Proposição estratégica de transição do Conede; Evento no PJSC – 6ª Semana de acessibilidade e inclusão; Devolutiva da reunião da ouvidoria da defensoria com os Conselhos de Direito. A Pauta foi aprovada.3- Aprovação das justificativas dos Conselheiros ausentes. O presidente do conselho, Paulo Sergio Suldovski, solicita ao Secretário que inclua as ausências justificadas na ata e foram aprovadas. 4- Aprovação da Ata 213. A ata da reunião anterior foi colocada em votação. Houve um pedido de modificação pela Conselheira Leticia e foi feito a correção, a ata foi aprovada por unanimidade. 5- Enquadramento da fibromialgia como deficiência O Secretário Alexandre leu a resposta do CONEDE. Trazido pela coordenadora de Políticas Públicas da Pessoa com Deficiência de Balneário Camboriú, Gevelyn Cássia Almeida. O problema apresentado: a Lei Federal 15.726/2025 (em vigor desde janeiro/2026, alterando lei de 2023) passou a prever o enquadramento da fibromialgia como deficiência, condicionado a avaliação biopsicossocial por equipe multiprofissional/interdisciplinar (nos termos da LBI). Na prática, porém, não existe protocolo nacional unificado, o que gerou ações judiciais em vários estados. Em Santa Catarina, uma decisão do Tribunal de Justiça de SC estabeleceu que o diagnóstico isolado (apenas o CID M79.7) não basta para o enquadramento automático — e isso levou à suspensão da emissão da carteira estadual de fibromialgia. Balneário Camboriú relatou forte pressão popular por carteiras que não conseguem seguir os critérios exigidos (de 1 pessoa efetivamente enquadrada segundo os critérios de funcionalidade). A Conselheira Janaína Cecconi (Secretaria de Saúde/CES) informou que, à época do projeto de lei, tanto a área técnica da Saúde quanto a Sociedade Catarinense de Reumatologia emitiram parecer desfavorável, mas a lei foi aprovada mesmo assim. Destacou que a fibromialgia é heterogênea, tratável, e que há doenças muito mais graves e incapacitantes sem equiparação — questionando a racionalidade da medida e prevendo uma sequência de novos pedidos de equiparação por outros grupos. O Conselheiro Sidnei Pavesi (conselheiro, fisioterapeuta com 18 anos de experiência tratando fibromialgia) fez um posicionamento pessoal longo e crítico: defendeu que a fibromialgia é tratável e reversível na maioria dos casos, que leis específicas equiparando uma doença a deficiência são, em sua visão, inconstitucionais frente à LBI, e alertou para uma "banalização" da deficiência que fragiliza os direitos de pessoas com deficiência grave/moderada. Reconheceu, ainda assim, que casos realmente incapacitantes existem e devem ser considerados via avaliação biopsicossocial. A Conselheira Juliana (FCEE) explicou que a Fundação, junto à Secretaria de Saúde (via Jaqueline Reginato), está desenvolvendo um

instrumento próprio de avaliação de funcionalidade baseado na CIF (componentes como aprendizagem, comunicação, mobilidade, cuidado pessoal, vida doméstica, participação social), com pontuação em escala (100/75/50/25), enquanto o sistema nacional não é regulamentado. Uma nota técnica conjunta Saúde/FCEE está em elaboração. Confirmou que apenas a emissão de carteiras por fibromialgia está suspensa — as demais seguem normalmente. O Conselheiro Elias do Nascimento Júnior sugeriu uma saída jurídica: municípios e estados poderiam, via procuradorias, ingressar com ação civil pública (ou buscar um IRDR) para forçar a União a regulamentar a avaliação biopsicossocial prevista na LBI. O Presidente Paulo Suldovski reforçou que o CONEDE — assim como o CONADE nacional — sempre teve posição institucional contrária à equiparação automática de doenças a deficiência, mas que pareceres do conselho nem sempre são respeitados pelo legislador. Esclareceu à representante de Balneário Camboriú que o CONEDE não tem competência para emitir documento orientando municípios a manter ou suspender emissão de carteiras municipais (lei municipal é autônoma), sugerindo articulação direta com a Secretaria de Saúde estadual, que está desenvolvendo o instrumento-modelo. Não houve deliberação formal/votação neste item — foi um debate orientativo, com encaminhamento de que Balneário Camboriú acompanhe o instrumento estadual em construção e retorne ao CONEDE em dezembro (já para a nova gestão) para apresentar seu programa de carteira municipal.6- Apresentação do relatório do diagnóstico sobre Acessibilidade no Estado de Santa Catarina. Apresentado por Paulo Roberto Ferronato, coordenador da Comissão de Acessibilidade do CONEDE (biênio 2024/2026), com agradecimento nominal aos demais membros da comissão e à secretaria. Metodologia: Questionário aplicado pela Comissão de Acessibilidade ao longo de 7-8 meses de trabalho, 528 respostas válidas, cobrindo 6 regiões e mais de 136 municípios de Santa Catarina (de um total de 295 no estado). Composição da amostra: 35% associações de pessoas com deficiência, 25% famílias e pessoas com deficiência, 15% entidades de assistência social/saúde/escolas, 11% conselhos municipais e poder público. Escala de pontuação de 0 a 100: 100 = requisito plenamente atendido, 50 = parcialmente atendido, 0 = não atendido ("não sei informar" desconsiderado do cálculo). 7 eixos avaliados: Participação Social, Educação, Saúde, Infraestrutura Urbana, Comunicação e Informação, Cultura/Esporte/Lazer, Transporte e Mobilidade. Principais achados por eixo: Infraestrutura urbana (média SC: 42 pontos) 74% classificam as calçadas como de pouca acessibilidade; 59% apontam calçadas irregulares/inexistentes como principal barreira. Apenas 22% dos municípios têm diagnóstico próprio sobre acessibilidade; 30% afirmam categoricamente não possuir nenhum diagnóstico de vias públicas. Educação inclusiva (média SC: 47 pontos): Adaptação escolar considerada plena: 18% (deficiência física), 15% (intelectual/TEA), 11-13% (visual/auditiva). 56% não sabem informar se há ações anticapacitistas nas escolas; 38% desconhecem se existe projeto político-pedagógico voltado à inclusão. Saúde (média SC: 44 pontos): 54% relatam ausência de recursos para deficiência auditiva nos serviços de saúde; 41% para deficiência visual (braile/piso tátil). Apenas 26% confirmam protocolo pleno de atendimento prioritário. Transporte e mobilidade (média SC: 36 pontos — eixo mais crítico): Percentual que considera o transporte inadequado: 51% (auditiva), 48% (visual), 40% (intelectual/psicológica), 39% (TEA), 34% (física). Nenhum perfil ultrapassa 18% de avaliação "plenamente acessível". Principais dificuldades: horários/frequência insuficientes da frota adaptada, falta de veículos adaptados (6%), elevadores quebrados/inexistentes em linhas intermunicipais/rurais, despreparo de motoristas, recusa de embarque (4%). Cultura, esporte e lazer (média SC: 37 pontos): Plenamente acessível: apenas 9% (visual) e 16% (física). 46% (deficiência visual) e 45% (deficiência auditiva) relatam inadequação total — ausência de Libras/audiodescrição em espetáculos, shows e cinemas.Comunicação institucional (média SC: 39 pontos): 57% relatam ausência de intérprete de Libras em prefeituras/órgãos públicos; 56% sem linguagem simples. Recurso mais adotado: canais digitais (sites/redes), considerados acessíveis por 30% dos respondentes. Participação social e governança (média SC: 52 pontos — único eixo acima de 50): 41% desconhecem se o conselho municipal de direitos da PcD está ativo e estruturado; apenas 21% confirmam que está ativo; 18% dizem que não existe conselho (somando desconhecimento + inexistência: 59%). Apenas 11% confirmam canais efetivos de participação da comunidade com deficiência nas decisões municipais. 43% não conhecem nenhuma política pública municipal voltada à pessoa com deficiência.Análise regional: Usando escala de cores (verde >50 = superior, amarelo 40-49 = intermediário, vermelho

<40 = alerta crítico): Norte: 32% das queixas de transporte são sobre horários/frequência insuficientes; 54% desconhecem a situação do conselho municipal. Oeste: melhores médias gerais, mas forte demanda represada por calçadas (30-35% de prioridade); queixas de transporte mais pulverizadas no interior. Vale do Itajaí: maior índice de participação social do estado (72 pontos), mas pior índice de infraestrutura (33 pontos); 79% apontam calçadas como barreira crítica. Grande Florianópolis: única região onde saúde (29%) superou infraestrutura como prioridade. Serra Catarinense: índices extremamente críticos em transporte (12 pontos) e saúde (21 pontos) — Ferronato recomendou investigação presencial. Conclusões e recomendações do relatório: Infraestrutura inadequada funciona como "gargalo multiplicador" que impede deslocamento independente a escolas, postos de saúde e trabalho; Os altos índices de desconhecimento sobre conselhos (41%) e políticas (43%) revelam falha grave de comunicação pública, não apenas ausência de serviço; Nenhuma região do estado atingiu patamar satisfatório — problema sistêmico que exige plano estadual coordenado; Ações de curto prazo propostas: universalizar diagnósticos municipais; condicionar repasses/convênios estaduais à existência de diagnóstico de acessibilidade atualizado; fortalecer conselhos municipais com apoio técnico estadual; criar portal estadual de boas práticas; institucionalizar o mapeamento como pesquisa bienal. Recomendações setoriais: programa estadual de calçadas acessíveis (NBR 9050) priorizando entorno de escolas/UBS; exigência de frequência/frota adequada em concessões de transporte; capacitação obrigatória de servidores e contratação de intérpretes de Libras na rede de saúde. O relatório completo tem mais de 20 páginas. 7- Aprovação do Cronograma de reuniões do CONEDE 2027. Aprovado sem ressalvas: 10 reuniões ordinárias, de março a dezembro de 2027 (04/03, 01/04, 06/05, 03/06, 01/07, 05/08, 09/09, 07/10, 04/11, 02/12). Ainda não há data de conferência estadual, pois o CONADE nacional não deliberou sobre isso. A posse da nova gestão ocorre em 05/11/2026, com eleição da mesa diretora em dezembro, retomando reuniões ordinárias em março de 2027. 8- Encontro Nacional de deficientes visuais. (11/09, 16h30, Tropicanas Hotel e Eventos, Canasvieiras/Florianópolis): CONEDE foi convidado para abertura, mas o presidente não poderá comparecer no horário; nenhum conselheiro presente na reunião pôde assumir a representação — ficou de ser buscado voluntário via grupo de WhatsApp. 9- Leitura da resposta da FESPORTE sobre o PARAJASC 2026. Realizado de 14 a 23/08, lida por Secretário Alexandre: cerimônias e locais de competição atenderam critérios de acessibilidade; hospedagem e transporte das delegações são de responsabilidade dos municípios participantes; comunicação foi parcialmente atendida (boletim de eventos ainda não plenamente acessível — ponto a melhorar); segurança/atendimento emergencial totalmente organizados (embora não acionados, por ausência de ocorrências). Alexandre confirmou que, pelo segundo ano seguido, nenhuma reclamação chegou ao CONEDE sobre o evento. 10- Proposição estratégica de transição do Conede. Na sequência, o Conselheiro Ferronato apresentou uma "Proposição de transição e diretrizes estratégicas para os novos conselheiros do CONEDE — Biênio 2026/2028", elaborada pela Comissão de Acessibilidade (assinada em Florianópolis, agosto/2026), com quatro pilares prioritários: Infraestrutura viária e mobilidade — programa estadual de calçadas acessíveis; cláusulas rígidas de acessibilidade/frequência em concessões de transporte. Comunicação inclusiva e saúde — protocolo estadual de acessibilidade comunicacional, intérpretes de Libras e sinalização tátil na rede SUS e em canais governamentais. Transparência e fortalecimento dos conselhos — apoio técnico aos municípios e criação de portais de visibilidade. Educação em ações anticapacitistas — formação continuada de profissionais de apoio. Também propôs institucionalizar o mapeamento como pesquisa bienal (próxima edição em 2028), com evoluções metodológicas: melhorar representatividade amostral em regiões com baixa adesão (Serra Catarinense, Grande Florianópolis, Vale do Itajaí); triangular dados subjetivos com auditorias técnicas (NBR 9050) e dados oficiais de investimento estadual; e evoluir a coleta para permitir geolocalização de barreiras físicas e boas práticas municipais. Recomendações à nova gestão: aprovar formalmente a proposição na primeira reunião ordinária do biênio 2026/2028; instituir grupo de trabalho de planejamento estratégico usando o relatório como insumo; e encaminhar cópia do relatório técnico à Casa Civil, secretarias setoriais, ALESC e FCEE como instrumento de cobrança de metas públicas. Decisão do plenário: o presidente propôs formalizar isso como uma resolução desta gestão a ser entregue à próxima, com Ferronato (que seguirá como suplente no próximo biênio)

designado como referência para apresentar o documento aos novos conselheiros. Ferronato pediu ainda que constasse em ata a sugestão de impressão física do relatório (via SAS, sujeito a recursos disponíveis) para distribuição a municípios e órgãos estaduais. Sidnei Pavesi sugeriu que a própria resolução fixe a periodicidade bienal da pesquisa, para permitir comparação histórica. Aprovado por unanimidade, sem manifestação contrária. 11- Evento no PJSC – 6ª Semana de acessibilidade e inclusão. Terça-feira, 15/09, à tarde. O Conselheiro Ferronato e o presidente Paulo Suldóvski confirmaram presença; convite estendido aos demais conselheiros via grupo de whatssapp.12- Devolutiva da reunião da ouvidoria da defensoria com os Conselhos de Direito. O Conselheiro Sidnei Pavesi (designado pelo presidente para representar o CONEDE): o novo integrante da ouvidoria propôs a criação de um grupo de WhatsApp institucional entre todos os conselhos de direito do estado, o ouvidor público e a Defensoria, para facilitar comunicação — desde que de uso estritamente institucional (sem trocas informais), com mensagens filtradas pela mesa diretora de cada conselho. Ideia aprovada por unanimidade entre os conselhos presentes; Sidnei foi indicado como ponto de contato do CONEDE no grupo. 13-Deliberação das comissões. A comissão de acessibilidade se reuniu para encerrar os encaminhamentos do relatório de acessibilidade e o Secretário Alexandre informa que a próxima reunião da comissão agendada para o dia 28/09/26 está confirmada a participação do Promotor de Justiça do MPSC.14- Assuntos Gerais. O Secretário Alexandre informou que a reunião de outubro será a última plenária desta gestão e também a última participação de Paulo Suldovski como conselheiro nacional no CONADE; a partir de 2027, o novo presidente ou conselheiro indicado pelo CONEDE assumirá essa representação (não há tempo hábil para participar da última plenária do CONADE em dezembro/2026). Sem outras inscrições em assuntos gerais, a reunião foi encerrada dentro do prazo previsto. 15-Encerramento: O Presidente Paulo Suldóvski agradeceu a participação de todos. Assim sendo dando por encerrada a reunião, na qual foi lavrada a ata pelo Secretário de Conselho, Alexandre Belino, documento que será enviado aos Conselheiros por e-mail e publicado no site da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família:https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/conede/plenarias-conede/atas-10/2026-11. Nossa reunião foi gravada e será postada, assim que possível, após o período eleitoral no canal do youtube do Conede SC: https://www.youtube.com/@conedesc. Florianópolis, 10 de setembro de 2026.